

Brexit: encetamento de uma temporada marcada por incertezas

Brexit: entering on a season marked by uncertainties

Fernando Antunes*

Emilly Talya Voese**

Vitória Ferreira dos Santos Silva***

Resumo

A saída do Reino Unido da União Europeia fora um evento episódico que marcou profundamente as relações internacionais. Uma horda de desdobramentos assola não somente a Europa, como consigna o mundo todo face ao cenário de incertezas. O presente artigo tem por escopo a análise de tal fenômeno alicerçado no construtivismo wendiano, com a finalidade de demonstrar como as identidades são indelévels na política internacional, principalmente quando se percebe que os interesses dos estados são engendrados a partir delas.

Palavras-chave: Brexit. União Europeia. Identidade.

Abstract

The departure of the United Kingdom from the European Union had been an unimaginable event that profoundly marked international relations. A horde of unfolding dismays not only Europe, but also the whole world in the face of uncertainty. The present article has the scope of the analysis of such phenomenon based on the Wendtian constructivism, with the purpose of demonstrating how identities are indelible in international politics, especially when it is perceived that the interests of states are engendered from them.

Keywords: Brexit. European Union. Identity.

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Contato: fernandoantunes73@hotmail.com.

** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Contato: emillyvoese@icloud.com.

*** Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Contato: v.ferreira2324@gmail.com.

Introdução

No ano de 2016, o cenário internacional vivenciou um fenômeno de extrema importância para a condução das relações internacionais, principalmente, as de cunho europeu: o Brexit. Tal denominação é a aglutinação das palavras “*Britain*” e “*exit*”, que configura a saída do Reino Unido da União Europeia. Este evento fora suscitado pela população britânica, realizado através de um referendo no qual a opção pela saída fora majoritária, com aproximadamente 52% dos votos. Decisão súbita e inesperada, certamente que impactou significativamente a consolidação de um bloco já alicerçado pela integração transnacional que a União Europeia construiu ao longo de sua existência, desde a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Integrante da UE desde 1973 e o primeiro membro a deixar o bloco, o Reino Unido segue com as negociações para chegar a um acordo sobre como serão as relações entre ambos após a saída. Não são contemporâneas as contestações ao modelo político-econômico adotado pela UE: tais posicionamentos do Reino Unido têm sido reiterados desde a sua entrada no bloco. No que atine à questão monetária, por exemplo, observa-se que o UK nunca adentrou à zona do euro, permanecendo sempre com sua própria moeda, a libra esterlina.

Para um maior entendimento deste episódio, bem como as vicissitudes político-sociais ensejadas por tal fenômeno, é necessário que se faça uso da história para compreender o processo de construção de uma identidade europeia. Desta forma, este artigo tem por escopo uma súmula inicial sobre a construção da comunidade europeia, com o respaldo do construtivismo wendiano, no que couber, com a finalidade de chegar ao cenário em que um de seus membros deixa de perceber-se como tal e clama por sua saída. Ainda, constituem objetivos deste trabalho o arazoamento do cenário em que se deu o movimento Brexit e o referendo que o viabilizou, bem como a abordagem das vicissitudes propiciadas por tal fenômeno.

Da União Europeia ao Brexit: a crise identitária e seus corolários

A União Europeia, como conhecida hodiernamente, é fruto de um processo de integração volitivo engendrado sobre a sede de paz que as nações europeias experimentaram após a Segunda Guerra Mundial. Não se alicerçou, inicialmente, nos moldes de integração que

se verifica hoje. Pelo contrário, as primeiras iniciativas foram deveras tímidas e os primeiros contatos feitos internacionalmente versavam sobre questões de cunho militar, sempre respeitando a soberania consuetudinária inerente a cada nação. Movidos pelo repúdio de um terceiro conflito, a consolidação de uma comunidade pacífica europeia tornaria inviável quaisquer litígios belicosos entre países-membros.

Como fênix, a UE surgiu das cinzas, haja vista ter sido constituída nas horas mais negras da história europeia, revestida de um cenário destruído, recordando os horrores da Segunda Guerra Mundial. Da mortalha de sangue que encobria o Velho Continente, a ideia de um terceiro conflito tornava-se insuportável. Movidos, então, pelo desejo de uma sociedade estável, os desalentos viram-se instigados pela derradeira busca de um processo que conduzisse à harmonia entre os Estados europeus e, de fato, encontraram [...] a fórmula que transformou em realidade o anseio de uma paz kantiana. (STELZER, 2004, p. 21)

As primeiras aproximações entre os Estados europeus remontam à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Não era uma organização exclusivamente europeia, mas estabelecia uma considerável aproximação entre essas nações. Até a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951, todas as organizações eram apenas de cooperação, em consonância com as tradicionais diretrizes do direito internacional público. Com o surgimento da CECA, vínculos factuais foram ensejados paulatinamente, deslocando as relações internacionais do âmbito da cooperação para a esfera da integração.

Conforme o processo de integração foi aprofundando-se, valores e objetivos comuns [...] passaram a ser partilhados e serviram de base para a construção de uma narrativa sobre o que é ser europeu. Dessa forma, o aspecto identitário não seria causa subjacente da integração, mas uma de suas consequências, que se constrói progressivamente à medida que o processo avança. (SZUCKO, 2015, p. 4)

A aderência de novos membros ao conglomerado europeu adstriu à abertura de mercados e todos os tratados engendrados a partir da CECA, como o Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), foram garantidores da celeridade que unificou o continente. Não tardou muito, pois, para que as demandas por uma organização mais entrelaçada política e economicamente resultassem na transferência de parte da soberania nacional em prol da supranacionalidade: surgia, então, a União Europeia, com a celebração do Tratado de Maastricht em 1993. Wendt (1994, p. 392-393) elucida que:

[...] a internacionalização requer o desenvolvimento de duas qualidades: identificação em relação a alguma função estatal, como segurança, economia etc, e a capacidade de punir o ator que perturbar a performance dessa função. Assim, o resultado das ações dos Estados será a institucionalização da ação coletiva, na qual determinados problemas são resolvidos normalmente em uma base internacional. Como sabemos, essa institucionalização é bastante forte entre países da UE ou em cortes específicos, como no comércio, por meio da OMC. Para que essa internacionalização seja, então, possível, é preciso que os Estados compartilhem uma identidade comum sob vários aspectos, como funções destes, segurança, economia etc. Nessas circunstâncias, a identidade coletiva é institucionalizada de forma que são produzidas normas, regras e princípios comuns. Nesse sentido, quando as pessoas que habitam um Estado reconhecem que os outros respeitam o seu ser, a sua existência etc., as razões para as fronteiras físicas desaparecem. Desse modo, o interesse coletivo começa a ser desenvolvido e uma identidade supranacional passa a existir (WENDT, 1994, p. 392-393).

No que concerne aos desdobramentos da União Europeia sobre as questões identitárias dos membros integrantes do bloco, Szucko (2015) demonstra que tais impactos divergem de nação para nação em consonância com as peculiaridades de cada país, bem como os diferentes graus de imersão no bloco europeu. Szucko (2015, p. 6-7) fornece um exemplo bem ilustrativo acerca dessas discrepâncias, elencando o exitoso caso da Alemanha em contraste à atuação do Reino Unido na UE:

O impacto da União Europeia nas identidades coletivas tende a variar de acordo com o grau de imersão da integração europeia na consciência coletiva dos cidadãos. Por este motivo, o significado de “ser europeu” difere de país para país [...] Um exemplo é a Alemanha que reconstruiu sua identidade nacional no pós-Segunda Guerra Mundial associada à ideia de uma Europa unida e, desde então, tem sido o grande motor da unificação europeia. O Reino Unido, ao contrário, apresenta fraca identidade europeia, o que dificulta um maior aprofundamento e envolvimento na integração europeia. No que tange aos aspectos cívico-institucionais, o Reino Unido é um dos países do bloco que apresenta o menor nível de identificação com esta dimensão. Isto porque o país acordou a opção de exclusão tanto no Espaço Schengen, um acordo que facilita a mobilidade dos cidadãos dos países-membros, quanto na Zona Euro, uma união econômica e monetária com a utilização de uma moeda comum. O governo britânico não aceitou partilhar determinadas competências nacionais, como o controle das fronteiras e a política monetária, com a União Europeia (SZUCKO, 2015, p. 6-7).

Como observado, a União Europeia se consolidou gradativamente, reunindo nações divergentes que alicerçaram na busca pela paz a construção de uma identidade comum. Tal como alvitrado por Wendt (1992), os interesses são reflexos da identidade e, desta forma, são variáveis endógenas ao processo de formação de identidade. “O aspecto identitário funciona como um mecanismo aglutinador da integração regional e que a ausência ou debilidade deste tende a fragilizar a relação entre o país e o bloco, como é o caso do Reino Unido” (SZUCKO, 2015, p.2). Tal afirmação auxilia a explicar o interesse britânico de optar pela saída do bloco europeu: uma vez que a população britânica reafirma sua identidade nacional e se percebe contrária aos interesses do conglomerado europeu, há a ruptura do vínculo que possuíam com a UE e ocorre a abdicação de sua posição no bloco, considerando-se que a identidade britânica não é mais compatível com a União como fora outrora. A partir disso, o povo britânico engendra movimentos para viabilizar, legitimamente, a não permanência na UE e, com efeito, consegue-se o referendo suscitado previamente. Sem embargo, a opção pela saída fora majoritária, com 52% dos votos contra 48% pela permanência.

Alguns fatores foram cruciais à exortação do Brexit, tais como “A fraca identificação com a União Europeia, bem como o forte nacionalismo, associados aos problemas econômicos e aumento do número de imigrantes no continente [...]” (SZUCKO, 2015, p. 18). As questões econômicas fornecem uma visão superficial acerca do fenômeno e não conseguem, por si só, justificar um evento de tal magnitude. Por isso, a análise identitária e político-social do movimento é imprescindível, tal como colocado por Eric Kaufmann, Professor de Política no Birkbeck College, Universidade de Londres:

Britain’s choice to vote Leave, we are told, is a protest by those left behind by modernisation and globalisation. London versus the regions, poor versus rich. Nothing could be further from the truth. Brexit voters, like Trump supporters, are motivated by identity, not economics. Age, education, national identity and ethnicity are more important than income or occupation. But to get to the nub of the Leave-Remain divide, we need to go even deeper, to the level of attitudes and personality. (KAUFMANN, 2016, p. 1)¹

1. A escolha da Grã-Bretanha para votar Deixar, nos é dito, é um protesto dos que foram marginalizados durante a modernização e globalização. Londres versus as regiões, pobre versus rico. Nada poderia estar mais longe da verdade. Os eleitores do Brexit, como os que apoiam Trump, são motivados pela identidade, não pela economia. Idade, educação, identidade nacional e etnia são mais importantes que renda ou ocupação. Mas para chegar ao cerne da divisão Deixar-Permanecer, precisamos ir ainda mais fundo, ao nível de atitudes e personalidade (KAUFMANN, 2016, p. 1).

Aos olhos do Reino Unido, a União Europeia era meramente vista como um dispositivo impulsionador de seu interesse nacional, além da relutância britânica em outorgar sua soberania para a construção de uma comunidade supranacional (SZUCKO, 2015). Segundo Szucko (2015, p. 2), “Desde o início, o Reino Unido não coadunava com o objetivo da unidade europeia almejado pelos pais fundadores do bloco, pois não demonstrava vontade política na formação de instituições supranacionais que pudessem limitar sua soberania estatal”. Tais colocações demonstram a inevitabilidade de um movimento germinado há décadas no Reino Unido que, adstrito ao crescente nacionalismo que abrasa o UK ainda contemporaneamente, se desdobrou na saída do país da UE, solapando, de certa forma, o desígnio europeu de revigorar a supranacionalidade.

O referendo que ensejou o Brexit foi oriundo de um jogo político britânico no qual David Cameron – que exercia o cargo de Primeiro Ministro desde 2010 e era líder do Partido Conservador – procurando amenizar os ânimos e os críticos que estavam contra o seu próprio partido, propôs um referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia como um dos principais temas da sua campanha eleitoral no ano de 2014, quando disputava a reeleição. Seldon e Snowdon (2015) ressaltam que a principal aposta da carreira política de David Cameron foi a decisão de realizar o referendo, e que o ex-primeiro-ministro esperava um resultado favorável, com a finalidade de asseverar a capacidade de expandir uma agenda doméstica dissemelhante no segundo mandato. Por essa lógica, Romano (2016, p. 1) destaca que “A tática de Cameron, ao se comprometer com o plebiscito, era elevar a pressão sobre os demais membros da UE para negociar flexibilidade para o Reino Unido e neutralizar resistências internas. Ele subestimou o impacto do tema da imigração”.

A complicada relação entre Reino Unido e União Europeia acabaria com o cargo de David Cameron, tendo uma queda considerada em uma escala e impacto ainda maior que de Margaret Thatcher e John Major, seus antecessores. David Cameron entra para os anais da história e para sempre será lembrado como o primeiro-ministro que precipitou da decisão mais importante do país em mais de 50 anos, com profundas consequências para todos os envolvidos (SELDON, SNOWDON, 2015).

A ideia de organizar um referendo não fora uma originalidade, considerando que já havia sido aplicado um, em 1975, pelos bri-

tânicos, apenas dois anos após a entrada na UE. Contudo, o povo britânico nunca esteve completamente conciliado com a sua integração na União Europeia e sempre mantiveram debates buscando difundir as velhas ideias de que o Reino Unido precisava recuperar o comando do seu futuro, de sua soberania e de suas fronteiras. Foi o conturbado cenário internacional que de fato proveu o que faltava para que David Cameron fosse pressionado ainda mais pelo referendo. Alguns assuntos impulsionaram o agravamento do conflito interno, como a instabilidade geral que aconteceu com a crise financeira global iniciado em 2008 nos Estados Unidos e que refletiu fortemente na Europa, o que evidenciou a hipossuficiência da reorganização política em desenvolvimento, resultando no Tratado de Lisboa, de 2009. Além disso, a catástrofe econômica que tomou a maioria dos seus Estados-membros (denominada de ‘crise da Zona do Euro’) foi efetivamente um desafio que aluiu um dos maiores e mais estruturantes motores do processo de integração: a União Econômica e Monetária (SANTOS, 2016).

As dívidas e déficits públicos exagerados de alguns países acabaram resultando em descumprimento de padrões comunitários e cláusulas obrigatórias, alertando a União Europeia que, na busca pela resolução desse óbice, pôs em prática os programas de ajustamento de condutas adjacentes, que geraram uma nova divergência da Europa em outros níveis, principalmente entre a “Europa do Norte” com o aumento do euroceticismo britânico e a “Europa do Sul” com países com programas de ajustamento. Tal divergência incorreu em proporções extra políticas, extra sociológicas e culturais, ocupando plenamente as agendas das instituições da União Europeia no período de tempo de 2010 a 2014. David Cameron acabou herdando um problema que, com alguma destreza política, conseguiu conduzir ao decorrer do seu primeiro mandato, evitando minuciosamente enfrentar esse problema. Mas acontece que essa chamada ‘política de protelamento’ acabou sendo um empecilho para conquistar o seu segundo mandato, e o que começou como algo “sem importância” começou a crescer e a ganhar voz. Vozes que pediam pelo questionamento popular ganharam forças, mostrando a necessidade de realizar um novo referendo, 40 anos depois. Desta forma, Cameron prometeu aos euroceticistas – não apenas os de outros partidos, como do seu próprio Partido Conservador – que faria em seu segundo mandato o referendo à UE em uma investida de assegurar igualmente a sustentabilidade do sistema social britânico.

Após ser reeleito com êxito, chegou o momento de cumprir o que havia anunciado e, perante muita cobrança para realizar uma das mais preocupantes propostas de sua campanha, a situação se tornou insustentável:

Ao chegar ao poder para o quinquênio 2015-2020, Cameron honrou a sua premissa e marcou para 23 de Junho de 2016 aquilo que se esperava ser uma consulta que produzisse resultados claros e límpidos que garantissem estabilidade sobre a questão. A partir desse enquadramento, a sua busca passou a ser, portanto, a de procurar acordar novos termos da participação britânica, ameaçando não tomar partido pelo “sim” no BREXIT (atuação política arriscada que lhe valeu críticas internas e na Europa) (SANTOS, 2016, p. 12).

Buscando uma forma atenuante de aliviar as pressões que vinha sofrendo, Cameron prometeu inicialmente um “novo acordo” com a União Europeia, seguido de uma renegociação da adesão da Grã-Bretanha, porém essa tática não aconteceu como desejado e levou-o a cumprir sua proposta fatal. Adstrito a isso, a situação já vinha se complicando, restava encarar o fato de que nas eleições paralelas de 2014, a UKIP (Partido da Independência do Reino Unido) conquistou seus primeiros lugares na Câmara, deixando claro desde cedo que seu principal objetivo político ao entrar na disputa era o de ocasionar a saída do Reino Unido da União Europeia (MACSHANE, 2015).

A UE estava tendo que lidar com outros fatores de instabilidades externas além das agitações internas, como por exemplo a crise na Ucrânia, resultado da ocupação russa na Península da Crimeia no início de 2014, mas o maior, mais preocupante e impactante desafio do bloco foi a problemática dos refugiados e das migrações, que atingiu seu ápice em 2015 e 2016 com a escalada efetiva das agressões na Síria e o aumento surpreendente do nível de destruição de cidades como Aleppo, Homs e Damasco.

Inicialmente, o referendo estava previsto para acontecer em uma data do ano de 2017 a ser definida, o que forneceria o tempo necessário para organizar devidamente o evento e planejar as melhores estratégias para se obter o resultado desejado. Entretanto, após as eleições, David Cameron se mostrou decidido a dar sequência à sua convocação e nos meses de junho e setembro de 2015 foram feitos encontros bilaterais entre o Primeiro Ministro britânico e o Presidente do Conselho da União Europeia, Donald Tusk, para discutir essa possibilidade.

No dia 10 de novembro de 2015, Cameron redigiu uma carta a Tusk em que alterava os quatro pontos ou áreas que considerava se-

rem necessários ajustes de funcionamento por ambas as partes. O Conselho Europeu analisou o tema do referendo britânico e concordou em encontrar soluções para ambas as partes envolvidas e propôs, inclusive, um encontro que aconteceria em fevereiro de 2016. Essas negociações aconteceram no período previsto e foi quando Donald Tusk apresentou a solicitação de Cameron e o problema foi detalhadamente discutido durante vários dias entre os 28 membros da UE. Durante esse período, David Cameron fazia, na Inglaterra, seu discurso e iniciava sua campanha aspirando a permanência na UE. Após as negociações, os líderes da UE chegaram em um acordo no dia 19 de fevereiro, que fortificou o status especial do Reino Unido dentro do bloco, na intenção de contornar a sua saída. De acordo com o que ficou estabelecida nas conclusões da reunião do Conselho Europeu, as decisões negociadas apenas teriam efeito a partir da data em que o governo do Reino Unido informasse oficialmente que havia decidido permanecer como membro efetivo da União Europeia. Devido a necessidade de se posicionar pela permanência na UE para aproveitar os benefícios do novo acordo, David Cameron anunciou, no dia seguinte ao fim das negociações, a realização do referendo britânico, sendo marcado para o dia 23 de junho de 2016.

As conclusões do Conselho Europeu, de forma geral, visaram satisfazer as principais exigências do governo britânico, adaptando-se aos temas considerados mais sensíveis. Por mais que os pedidos feitos pelo Reino Unido divergissem muito entre os membros do grupo europeu, o acordo final foi alcançado graças ao consenso entre os Estados membros, que entenderam na ocasião que a saída do Reino Unido implicaria em custos ainda mais elevados para todos: para os britânicos, a saída da UE significaria perder grandes facilidades de mobilidade acadêmica, científica e laboral, sendo uma consequência imediata uma significativa redução na participação de projetos científicos, tecnológicos e de desenvolvimento com outros países europeus, inclusive em intercâmbios. E o país perderia o livre acesso a um mercado de aproximadamente 440 milhões de consumidores, o que parecia pesar mais. Já a União Europeia perderia 13% da população e 16% do PIB do bloco com a saída do Reino Unido. Mas o impacto maior seria no peso diplomático da UE a nível internacional, tendo em vista que perderiam um dos membros do Conselho de Segurança da ONU (SZUCKO, 2015, p. 14-15).

E o que era para ser uma encenação política de Cameron para solapar os ânimos e permitir que os opositores pensassem ter con-

seguido o que desejavam começou a se transformar em uma bola de neve, perdendo o controle. Assim, com um recorde de 46,5 milhões de eleitores inscritos, os britânicos se propuseram a ir às urnas e responder: “Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?”. A opção de “sair” venceu por mais de 1,2 milhões de votos de diferença ficando com 51,9% dos votos contra 48,1% que votou a favor da permanência no bloco.

O número de britânicos que se arrependeram no dia seguinte ao referendo, após votarem sim pela saída do Reino Unido fora significativo e, não obstante, as possibilidades de um “Regretxit” não são descartáveis. Na Página Oficial do Parlamento do Reino Unido houve uma petição requerendo novo referendo que contou com 4.250.262 assinaturas, sendo que no texto se pedia ao governo que estabelecesse “uma regra que determine que se os votos de saída ou permanência forem inferiores a 60% e a adesão for inferior a 75%, deve haver um segundo referendo” (SV/ZAP, 2016, p.1). No entanto, malgrado mais de 4 milhões de assinaturas, a petição foi analisada no dia 5 de setembro de 2016 e rejeitada.

As vicissitudes ensejadas pelo referendo não decompueram somente a União Europeia. Pelo contrário, o advento da separação fragmentou o próprio Reino Unido, que é formado por País de Gales, Inglaterra, Escócia e Irlanda do Norte.

Apesar da vitória do “sair”, votaram pela permanência a Escócia (62%), a Irlanda do Norte (55,8%) e a região de Londres (59,9%). Todas as outras regiões da Inglaterra e o País de Gales votaram por “sair”, com percentuais que variaram de 52,5% (País de Gales) a 59,3% (West Midlands). Na Escócia, o “permanecer” venceu em todos os distritos. A chefe de governo escocês, Nicola Sturgeon, disse que o país “vê seu futuro” como parte do bloco europeu. “A votação aqui mostra claramente que os escoceses veem seu futuro como parte da UE”, declarou a dirigente do Partido Nacional Escocês (SNP). O chefe do movimento Sinn Féin, da Irlanda do Norte, afirmou que vai pedir um referendo sobre a união do país com a Irlanda – que fica na mesma ilha da Irlanda do Norte, mas é um outro país e não faz parte do Reino Unido. “O resultado desta noite muda dramaticamente o cenário político aqui no norte da Irlanda e nós vamos intensificar nosso caso para chamar por um referendo”, disse Declan Kearney, em comunicado (G1 MUNDO, 2017, p.3).

A campanha do referendo foi definida por várias asserções e inquirições acerca dos possíveis corolários que sucederiam a votação. Além de ser um evento inédito na história da União Europeia, o Brexit ainda permanece em um processo de desdobramen-

to. Destarte, ponderar os reais efeitos da decisão de se retirar da UE consiste em tarefa labiríntica e inextricável. Contudo, algumas transfigurações vêm se deslindando, principalmente as oscilações imediatamente posteriores ao resultado da votação.

Os notáveis desenlaces preambulares quanto ao Brexit irromperam ainda durante o processo de votação, previamente ao resultado final. Antes que fosse dado a real decisão, Bolsas na Ásia e os mercados futuros da Europa e dos EUA já estavam começando a dar sinais de queda, tendo a Bolsa de Tóquio despencando quase 8% apenas de uma vez. Outro conseqüência subitânea foi com o próprio David Cameron, que havia afirmado que, independentemente dos resultados, continuaria ocupando o seu posto no governo. Entretanto, o que se observou foi sua renúncia ao cargo de primeiro-ministro no dia posterior à disseminação dos resultados oficiais, informando que deixaria o cargo em outubro e o UK precisaria encontrar um novo Primeiro Ministro para lidar com as negociações.

Mas nada disso chegou a preocupar mais os britânicos do que a baixa excessiva do valor da libra esterlina, que chegou a alcançar o seu menor valor frente ao dólar em 31 anos. Martin (2017) diz que entre quinta-feira (23 de julho) e segunda-feira (27 de junho) “a base de custo dos fabricantes que exportam do Reino Unido para a zona do euro ficou cerca de 8% mais barata em função da queda da libra contra o euro”, acentuando que seria necessário um aumento evidente das tarifas para compensar uma margem de lucro. A baixa da moeda também se agravou devido ao corte dos juros realizado no mês de julho pelo Bank of England de 0,5% para 0,25%, porém, para aproveitar o fato da libra estar mais fraca, se foi pensado em maximizar outros benefícios, como ajudar a reconquistar o balanço econômico da Grã-Bretanha e equilibrar o comércio internacional.

O setor de serviços cresceu 0,4% no mês de julho, o que é um índice bem mais alto do que se esperava, demonstrando que os consumidores continuaram gastando normalmente após a votação, apesar da redução da confiança entre os pequenos empresários – que foi mostrada por uma pesquisa da federação britânica das Pequenas Empresas sobre o pessimismo quanto ao futuro pós-Brexit. No que tange a inflação, que é um importante aspecto econômico, aumentou para 0,6% em julho e se manteve assim em agosto de 2016, mostrando um aumento mínimo e, por isso, teve poucos indícios de que se pudesse vir a refletir nos preços finais ao consumidor (BBC BRASIL, 2017).

E apesar das expectativas de cortes e a afirmação do ex-chanceler George Osborne sobre que uma votação a favor do Brexit levaria a um aumento nas taxas de hipoteca, as taxas de juros que se esperava aumentar, permaneceram em 0,5%, valor constante desde 2009. Mas é importante salientar que mesmo com os índices econômicos acima da expectativa geral, nenhum valor foi depositado no financiamento anunciado para o NHS (National Health Service) até um mês após a votação, o que havia sido prometido na campanha a favor do Brexit, onde se estimou que 350 milhões de libras eram enviadas por semana para a União Europeia, e então alegaram na campanha que, com o Brexit, o Reino Unido poderia reverter esse dinheiro em investimento no Sistema Nacional de Saúde, resultando em 1.3 bilhões por mês (BELAM, 2017).

No que diz respeito aos aspectos sociais, Belam (2017) diz que foi perceptível uma procura feita por milhares de britânicos querendo iniciar um processo de aplicação para dupla cidadania em outros países membros da UE, tendo em vista uma garantia que, de certa forma, não fossem perder os benefícios adquiridos até ali. Além disso, os funcionários do governo irlandês recebem vários pedidos de cidadania do Reino Unido a uma taxa mensal que antes era anual, e países como Portugal, Dinamarca, Suécia e Alemanha passam por situações parecidas.

Já no que atinge a UE, as preocupações maiores estão relacionadas à onda de plebiscitos parecidos com o Brexit que a saída do Reino Unido pode vir a provocar em outros países do bloco, como na França que o Frente Nacional, partido de extrema direita, entrou com pedido de referendo semelhante sobre a permanência da mesma na União Europeia. Ou no caso de Geert Wilders, líder anti-imigração do Partido da Liberdade na Holanda, que pediu um referendo também declarando que os holandeses “querem estar no comando do seu país, do seu dinheiro, das suas fronteiras e das suas políticas de imigração [...] logo que possível, os holandeses deveriam ter a oportunidade de se pronunciar sobre a permanência na União Europeia” (ZAP/BBC, 2017, p.1).

De maneira geral, o que se pode concluir de acordo com as consequências mais imediatas pós-Brexit é que o cenário, tanto para o UK quando para a UE, é de muita incerteza, levando em consideração que um país nunca deixou o bloco antes e que esse momento é inédito. O mais recente capítulo dessa história foi escrito na última terça-feira (26 de junho de 2018) quando o presidente da Câmara

do parlamento britânico anunciou que o projeto de lei sobre a saída do UK da União Europeia havia recebido o Consentimento Real, sendo aprovado pela Rainha, ganhando estatuto em lei.

Um possível “Regretxit”, como comentado anteriormente, parece estar ganhando forma quando no sábado, 23 de junho de 2018, mais de 100 mil pessoas foram às ruas de Londres protestar pedindo uma nova votação, na data que o referendo completava dois anos. As pessoas agitavam bandeiras britânicas, irlandesas e europeias com cartazes em prol da votação e mensagem como “17 milhões de votaram em Adolf Hitler. 17 milhões votaram no ‘brexit’. 17 milhões podem estar errados” (FOLHA S. PAULO, 2018). Um dos principais defensores do Brexit, o chanceler Boris Johnson disse em um artigo para o The Sun que os britânicos votaram pela liberdade em relação às regulações da UE e que qualquer cessão seria inoportuna. Para Johnson, os eleitores não mudaram de opinião sobre o voto de dois anos atrás. “Eles [os eleitores] não querem um Brexit para ser usado como papel higiênico: fraco, flexível e com uma negociação parecendo infinita” (FOLHA S. PAULO, 2018).

Considerações finais

A saída do Reino Unido da União Europeia fora um evento subitâneo aos olhos do sistema internacional que veio a levantar inquirições acerca dos processos de regionalização e integração. Os grilhões de um passado extremamente nacionalista e xenófobo ainda assombram as decisões atinentes à política internacional atual e o revigoramento de movimentos ultranacionalistas pode ter sido suscitado com tal episódio, uma vez que o Brexit possa ser visto como um exemplo exitoso a ser seguido por outras nações.

As questões identitárias foram imprescindíveis à análise do evento que corroborou a ideia de que o mundo está em permanente construção e que a mutabilidade a nível internacional não só é possível, como está acontecendo. Medidas políticas extremas ensejam conjunturas imprevisíveis e instáveis, cujo descalabros mostram-se incomensuráveis. Se o Reino Unido for a carta basilar desse castelo de cartas que é a União Europeia, o esfacelamento pode ser iminente, e o progresso integracional conquistado até então, improfícuo.

Não tendo sido decisão unânime pelos países-integrantes do Reino Unido, o Brexit pode provocar a cisão entre as nações em de-

sacordo dentro do próprio UK, acentuando ainda mais os “processos de desintegração”, como efeito colateral do próprio movimento. Não obstante, o cenário de incertezas é o principal legado deixado pelo Brexit ao sistema internacional, além de uma série de corolários que reconduzirão as relações internacionais para o desconhecido.

Referências

BBC BRASIL. **O que é ‘Brexit’ - e como pode afetar o Reino Unido e a União Europeia?** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36555376>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BBC BRASIL. **Brexit: 4 meses após plebiscito, britânicos ainda não sabem como será a vida fora da União Europeia.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37702329>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BELAM, Martin. **One month on, what has been the impact of the Brexit vote so far?** Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2016/jul/22/one-month-on-what-is-the-impact-of-the-brexit-vote-so-far>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

DANTAS, Ioshua J. S. M. *Brexit: uma análise através das questões identitárias e contextuais*. Universidade Católica de Brasília, 2017. p.108. Disponível em: <<https://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/9881/1/IoshuaJohanaSchmitzMichelsDantasTCCGraduacao2017.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

FOLHA. **Dois anos após plebiscito, manifestantes pedem nova votação sobre Brexit.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/dois-anos-apos-plebiscito-manifestantes-pedem-nova-votacao-sobre-brexit.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

G1 MUNDO. **Reino Unido decide deixar a União Europeia em referendo.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/reino-unido-decide-deixar-uniao-europeia-em-referendo.html>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

KAUFMANN, Eric. *It's NOT the economy, stupid: Brexit as a story of personal values*. The London School of Economics and Political Science. 2016. 5 p. Disponível em <<http://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/personal-values-brexit-vote/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MACSHANE, Denis. *Brexit: How Britain Will Leave Europe*. London: I.B.Tauris & Co Ltd, 2015.

MARTIN, Felix. **The short-term consequences of Brexit are severe – but financial disaster is not inevitable.** Disponível em: <<https://www.newstatesman.com/politics/economy/2016/07/short-term-consequences-brexit-are-severe-financial-disaster-not-inevitable>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ROMANO, Giorgio. *Brexit é nova tentativa britânica de flexibilizar comunidade europeia*. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/06/1784504-brexit-e-nova-tentativa-britanica-de-flexibilizar-comunidade-europeia.shtml>> Acesso em: 6 jun. 2018.

SANTOS, André Simões. **Brexit: Afastamento Denunciado**. Disponível em: <https://www.academia.edu/26672654/BREXIT_Afastamento_denunciado>. Acesso em: 13 jun. 2018.

SELDON, Anthony; SNOWDON, Peter. **Cameron at 10: The Verdict**. London: William Collins, 2015.

STELZER, Joana. **União Europeia e Supranacionalidade: desafio ou realidade?**. 2. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, p. 195. 2004.

SV, ZAP. **Regretxit? Britânicos arrependidos e há quem já peça novo referendo**. Disponível em: <<http://zap.aeiou.pt/regretxit-britanicos-arrependidos-haja-peca-novo-referendo-118381>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

SZUCKO, Angélica S. Saída à moda inglesa: o referendo no Reino Unido e a questão identitária na União Europeia. **European Union External Action**, p. 20. 2015. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/archives/delegations/brazil/documents/press_corner/news/20151105_1/20151105_1_angelica-saraiva-szucko_pt.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

WADSWORTH, Jonathan; DHINGRA, Swati; OTTAVIANO, Gianmarco; REENEN, John V. *Brexit and the Impact of Immigration on the UK*. The London School of Economics and Political Science. 2016. p.22. Disponível em: <<http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit05.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. Collective Identity Formation and the International State. **American Political Science Review**, Vol. 88, No. 2, 1994.

ZAP/BBC. **Holanda, França e Itália também já falam em referendo**. Disponível em: <<https://zap.aeiou.pt/holanda-franca-e-italia-tambem-ja-falam-em-referendos-118269>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

Recebido em: 21.09.2018
Aprovado em: 02.11.2018